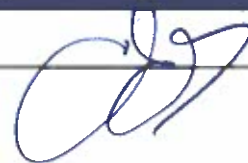




**RELATÓRIO FACTUAL DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA
SEMESTRAL DA ENTIDADE**

TERMALISTUR – TERMAS DE S. PEDRO SUL, E.M, S.A.

30/06/2021

**Índice**

1	Âmbito do relatório	3
2	Fontes de informação	3
3	Limitações	4
4	Balanço	5
4.1	Ativos não correntes	6
4.2	Ativos correntes	6
4.3	Capitais próprios	7
4.4	Passivos não correntes	7
4.5	Passivos correntes	7
5	Demonstração dos resultados por naturezas	8
5.1	Vendas e serviços prestados	9
5.2	Fornecimentos e serviços externos	11
5.3	Gastos com pessoal	12
6	Demonstração dos fluxos de caixa	13
7	Indicadores	14
8	Passivos contingentes	14

1 Âmbito do relatório

Para efeitos da alínea h) do nº6 do artigo 25º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, apresentamos a seguinte informação financeira factual relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 (doravante designado por período), da **Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.**, (doravante designada por Termalitur ou Entidade), assente em trabalho efetuado pelo Fiscal Único, tendo por base elementos recolhidos junto das fontes de informação referidas na nota 2 abaixo. Este relatório tem como destinatário o órgão executivo da entidade pública participante, isto é, o Exmo. Sr. Presidente do Município de S. Pedro do Sul e tem por objetivo informar sobre a situação económico-financeira da Entidade.

2 Fontes de informação

Para a elaboração do presente relatório, recorreu-se às seguintes fontes de informação, com referência a 30 de junho de 2021:

- Balancete analítico;
- Extratos de conta corrente;
- Listagens das prestações de serviços efetuadas, por balneário, com referência a 30 de junho de 2021;
- Resumo acumulado do processamento salarial;
- Mapa de responsabilidade do Banco de Portugal;
- Listagens extraídas da gestão comercial de clientes e fornecedores;
- Mapa de depreciações e amortizações;
- Certidões de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Análise das atas elaboradas pela Entidade;
- Indagações efetuadas junto dos membros do Conselho de Administração e dos Serviços Administrativos.

3 Limitações

A Entidade não é obrigada a apresentar demonstrações financeiras semestrais, e não as elaborou, pelo que, a informação por nós preparada, que a seguir se apresenta, terá que ser analisada atendendo às seguintes situações:

- a) As Demonstrações Financeiras apresentadas não foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para emissão;
- b) Apesar da realização de ajustamentos, considerados relevantes para a emissão deste Relatório Factual, efetuados ao balancete contabilístico disponibilizado, com o objetivo de as demonstrações financeiras do período apresentarem uma imagem mais ajustada à realidade, não garantimos a existência plena de rigor no corte de operações, nem certificamos a razoabilidade de eventuais estimativas utilizadas pela Entidade. Neste seguimento, e a título de exemplo, não foi considerado neste semestre a especialização da comparticipação anual do Município de S. Pedro do Sul para cobrir os prejuízos que a Entidade possa vir a incorrer no final do ano 2021;
- c) No início do ano 2020 foi celebrado um contrato com o “Fundo de Apoio à Inovação” para o financiamento de um projeto nas áreas de energias renováveis, através de um subsídio ao investimento não reembolsável, no valor de 1.100.067,75 Euros. Apesar de, até à data deste Relatório Factual, não ter sido realizado qualquer investimento, já decorreu o prazo de concurso público bem como, a adjudicação da respetiva obra. De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante de 250.000 Euros a título de adiantamento que se encontra apresentado no passivo corrente, na rubrica “Outras dívidas a pagar”. Estima-se que somente no segundo semestre de 2021, possa vir a ocorrer a concretização de parte do investimento, razão pela qual, este Relatório Factual semestral não apresenta os impactos nas demonstrações financeiras, resultantes do reconhecimento do subsídio, mediante a proporção do investimento realizado, o qual se estima que venha a ocorrer no final de 31 de dezembro de 2021.
- d) Em abril de 2021, foi celebrado um acordo com vista à “investigação e desenvolvimento tecnológico de projetos de I&D em copromoção” entre a Termalístur e o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, através de um consórcio com as entidades “Universidade da Beira Interior” e a

entidade “Prados Embalados, Lda”. Este projeto inclui um investimento global de 426.559,27 Euros, sendo atribuído um incentivo financeiro não reembolsável de 262.343,81 Euros, correspondente a 61,5% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis. A parte que concerne à Termalístur no referido consórcio, fixa-se num investimento elegível de 257.177,42 Euros, beneficiando de um incentivo de 138.659,56 Euros. Pelo facto de ainda não existir um levantamento exaustivo dos gastos do projeto, associados às suas fases de pesquisa e de desenvolvimento, além de que, os gastos registados no primeiro semestre de 2021, revestirem uma relevância reduzida, este Relatório Factual semestral não apresenta os impactos nas demonstrações financeiras, resultantes do reconhecimento do subsídio/incentivo, mediante a proporção dos gastos em desenvolvimento realizados, o qual se estima que venha a ocorrer no final de 31 de dezembro de 2021.

- e) As demonstrações financeiras semestrais preparadas para efeitos deste Relatório Factual, incluem alguns comparativos, os quais terão que ser analisados de forma cuidada, atendendo ao contexto da pandemia de Covid 19.
- f) Não é nosso propósito dar uma opinião ou parecer de revisão / auditoria sobre as demonstrações financeiras semestrais, pelo que, não foi executado um conjunto significativo de testes / procedimentos de auditoria, dos quais destacamos, o pedido de confirmações externas junto de terceiros (clientes, fornecedores, instituições de crédito e advogados) e as contagens físicas dos inventários da Entidade.

4 Balanço

Entre 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, concluímos pela a existência das seguintes variações

(valores em Euros):

Rubricas	30.06.2021	31.12.2020	Variações
Ativos não Correntes	12.522.904	12.739.497	(216.592)
Ativos Correntes	557.281	1.790.236	(1.232.955)
Total do ativo	13.080.186	14.529.733	(1.449.548)
Capitais Próprios	2.652.785	3.233.404	(580.619)
Passivos não Correntes	9.147.994	9.110.030	37.965
Passivos Correntes	1.279.406	2.186.300	(906.894)
Total do passivo	10.427.400	11.296.329	(868.929)
Total do CP e Passivo	13.080.186	14.529.733	(1.449.548)

4.1 Ativos não correntes

Esta rubrica reduziu, aproximadamente, 216.500 Euros.

A variação é explicada pelos seguintes movimentos ocorridos na rubrica “Ativos fixos tangíveis”:

- Reconhecimento do gasto do período referente às depreciações, no valor, aproximado, de 253.000 Euros; e;
- Aumentos/aquisições de bens de investimento no período no valor, aproximado, de 34.300 Euros.

O investimento realizado no período refere-se à aquisição de diverso equipamento para os balneários, dos quais destacamos:

- Obras realizadas no Balneário D. Afonso Henriques, na secção de fisioterapia, pelo valor, aproximado, de 25.510 Euros (Investimentos em curso); e,

4.2 Ativos correntes

Esta rubrica apresenta uma redução significativa, face ao valor verificado em 31 de dezembro de 2020, em resultado dos seguintes factos:

- Diminuição da rubrica “Outros créditos a receber” no valor, aproximado, de 1.387.000 Euros, por via da redução da rubrica “Acréscimos de rendimentos” que incluía, a 31 de dezembro de 2020, o valor da compensação financeira atribuída pelo Município de São Pedro do Sul no âmbito do nº1 do artigo 40 do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, no valor de 1.381.000 Euros (ver nota 4.5). Em relação a esta matéria, e conforme referido a nota 3 b) acima, este Relatório Factual não apresenta qualquer estimativa, com referência ao primeiro semestre de 2021;
- Aumento da rubrica “Caixa e Depósitos bancários” no valor, aproximado, de 150.000 Euros, resultante de um pontual excedente de tesouraria, originado pelos seguintes acontecimentos:
 - a) A Entidade tem vindo a recorrer às moratórias, previstas e decretadas pelo Governo, no âmbito das medidas de apoio às empresas, no combate aos efeitos económico/financeiros da pandemia da Covid-19, pelo que, os prazos de pagamentos às instituições financeiras foram alargados; e,

- b) Ocorreu uma renegociação da conta corrente caucionada, no valor global de 700.000 Euros, sob a forma de dois novos financiamentos: um no valor de 500.000 Euros de médio e longo prazo e outro em forma de conta corrente caucionada no valor de 200.000 Euros, ambos, junto do Crédito Agrícola.

4.3 Capitais próprios

A variação ocorrida nos capitais próprios de, aproximadamente, 580.000 Euros, decorre, essencialmente, do resultado líquido negativo estimado do período de, cerca de, 575.000 Euros (ver nota 5), alcançado pela Entidade no primeiro semestre do ano 2021, determinado para efeitos deste Relatório Factual, com as limitações referidas na nota 3, acima.

4.4 Passivos não correntes

Ao nível dos passivos não correntes não se verificou grandes variações, dado que, o novo financiamento contratualizado, no valor de 500.000 Euros, tem um prazo de carência de 12 meses, e para os financiamentos que vêm de anos anteriores, ainda se encontram em regime de moratórias até final do mês de setembro de 2021.

4.5 Passivos correntes

Relativamente ao passivo corrente destacam-se as seguintes variações:

- Verifica-se uma diminuição das dívidas a pagar a fornecedores em, cerca de, 1.240.000 Euros, originada, nomeadamente, pela diminuição da dívida a pagar ao Município de S. Pedro do Sul (cerca de 1.268.000 Euros), devido à atribuição do apoio financeiro concedido pelo Município, conforme descrito no ponto 4.2 (foi efetuado um encontro de contas).
- A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” aumentou, cerca de, 69.000 Euros, pois, a Entidade, no mês de junho processou o subsídio de férias, originando a duplicação dos encargos para a Segurança Social e dos valores de retenções na fonte (IRS) do trabalho dependente, quando comparados com os valores apresentados em dezembro de 2020.

- Contratação de novos financiamentos de natureza corrente, no montante global de 200.000 Euros, conforme descrito no ponto 4.2 e 4.4, que no final de junho de 2021, no caso da conta corrente caucionada atingia o montante de utilização de 80.000 Euros.

Analizamos a conformidade entre os compromissos financeiros apresentados no mapa de responsabilidades do Banco de Portugal com os valores em dívida reconhecidos na contabilidade da Entidade e constantes do balancete analítico disponibilizado, reportado à data de 30 de junho de 2021, tendo-se verificado uma divergência de cerca de 11.000 Euros, no saldo em dívida com a Caixa geral de Depósitos, mas devidamente justificada junto da Entidade, pois só em setembro (atualiza semestralmente) é que aquela instituição bancária irá atualizar a dívida com os juros capitalizados.

Relativamente às dívidas contraídas junto das instituições de crédito, a Entidade apresenta uma hipoteca sobre o imóvel “Silo Auto”, a favor da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, como garantia de uma conta corrente caucionada, no montante de 200.000 Euros e um financiamento de médio e longo prazo (não corrente), no montante de 500.000 Euros. Para além da hipoteca, há ainda a referir que os empréstimos contraídos nos anos 2018 e 2020, no valor de 1.750.000 Euros e 1.000.000 Euros, respetivamente, têm associado uma livrança, em branco, subscrita pela Entidade.

5 Demonstração dos resultados por naturezas

Comparando o desempenho alcançado pela Entidade nos seis primeiros meses de 2021, com o período homólogo, apuraram-se as seguintes variações:

Rubricas	30.06.2021	30.06.2020	Variações
Vendas e serviços prestados	444.468	334.149	110.319
Subsídios à exploração	388.231	140.771	247.460
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-28.483	-7.737	20.746
Fornecimentos e serviços externos	-369.032	-296.195	72.836
Gastos com o pessoal	-684.308	-719.692	-35.384
Outros rendimentos e ganhos	30.704	44.611	-13.907
Outros gastos e perdas	-26.890	-5.490	21.400
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-245.310	-509.583	423.470
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-253.047	-250.983	2.063
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-498.357	-760.567	262.210
Juros e gastos similares suportados	-76.855	-72.657	-4.198
Resultado líquido do período	-575.212	-833.224	258.012

A atividade da Entidade, em 2021 e ainda em plena pandemia, cresceu face ao período homólogo, em cerca de 110.000 Euros, contudo, ainda muito aquém dos valores pré pandemia, apresentando uma redução, na ordem dos 72%, face a junho de 2019. De salientar que em 2021 a atividade termal esteve encerrada de 15 de janeiro a 30 de abril em consequência do estado de emergência, decretado devido à pandemia do COVID 19.

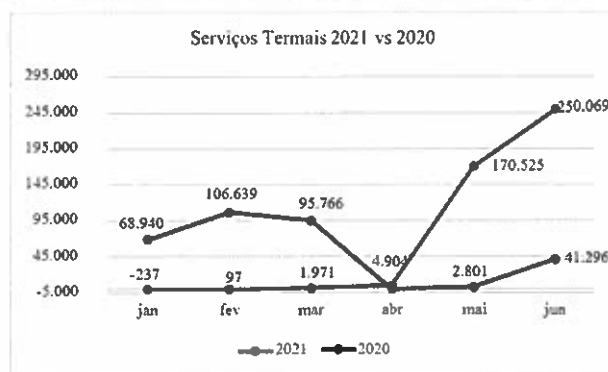
No que diz respeito aos subsídios à exploração, a variação que se verifica deve-se aos apoios recebidos por parte da Segurança Social no âmbito dos Lay-Off, no montante, aproximado, de 108.729 Euros e ainda ao apoio recebido no âmbito do programa APOIAR, no montante total de 265.125 Euros.

No que refere à estrutura de gastos, esta aumentou, dado que, a partir de maio de 2021, com o retomar da atividade, houve a necessidade de recorrer aos gastos registados nas rubricas “Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e “Fornecimentos e Serviços Externos”.

5.1 Vendas e serviços prestados

No quadro seguinte apresentamos a evolução mensal do volume de negócios no primeiro semestre de 2021, face ao período homólogo de 2020:

Valores em euros		MESES							Total
Rubrica	Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun		
Vendas	2021	624	554	702	895	5.468	8.896	17.140	
	2020	3.362	4.453	4.572	847	1.241	4.232	18.706	
Prea. Serv.	2021	237	97	1.971	4.904	170.525	250.069	427.328	
	2020	68.940	106.639	95.766	-	2.801	41.296	315.443	
Totais	2021	387	651	2.673	5.798	175.993	258.965	444.468	
	2020	72.303	111.893	100.337	847	4.042	45.528	334.149	



Conforme já tinha ocorrido no primeiro semestre de 2020, o primeiro semestre de 2021 começou de igual forma, com a obrigatoriedade de encerramento dos serviços termiais, provocado pela pandemia da COVID 19. Contudo, enquanto que em 2020 a Entidade esteve encerrada desde meados de março a meados de

junho, no ano 2021, já teve a oportunidade de se encontrar a funcionar, tendo dessa forma, originado a que o volume de negócios, face ao mesmo período do ano anterior, tenha aumentado cerca de 110.000 Euros.

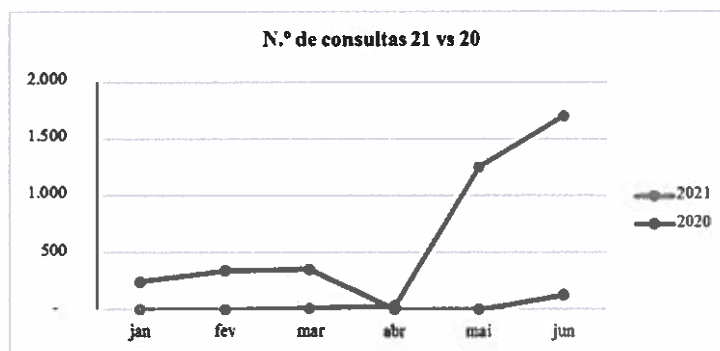
No quadro seguinte apresenta-se a comparação dos valores das prestações de serviços por cada segmento de negócio da Entidade:

Valores em euros

Serviços	30.06.2021	30.06.2020	Variação
Balneoterapia	291.946	204.008	87.938
D. Afonso Henriques	291.846	109.005	182.841
Rainha D. Amélia	100	95.002	(94.902)
Beni Estar Termal	32.676	27.218	5.458
D. Afonso Henriques	1.450	1.278	173
Rainha D. Amélia	31.226	25.941	5.285
Fisioterapia	52.308	39.035	13.273
Consultas	50.308	44.945	5.363
Consultas de Hidrologia Médica	42.748	39.130	3.618
Consultas de Medicina Física e Reabilitação	7.560	5.760	1.800
Consultas de Nutrição		55	(55)
Outros	91	237	(146)
Totais	427.328	315.443	111.886

De uma forma generalizada, pode-se verificar um ligeiro aumento da atividade dos serviços prestados pela Entidade, com impacto mais significativo nos serviços de balneoterapia, tendo aumentado face a 2020 cerca de 43%. O aumento da faturação de consultas pode-se justificar pela evolução do n.º de consultas apresentada no quadro abaixo:

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Total
2021	-	-	13	33	1.252	1.700	2.998
2020	246	343	355	-	-	124	1.068



Como se verifica pelo gráfico, nos meses de janeiro e de fevereiro de 2021 não foram realizadas quaisquer consultas devido ao estado de emergência decretado a nível nacional e que, por imposição legal, a Entidade teve que suspender a sua atividade. Nos meses de março e abril as consultas realizadas foram apenas de fisioterapia.

5.2 Fornecimentos e serviços externos

De seguida apresenta-se a variação da rubrica “Fornecimentos e serviços externos (FSE)” do primeiro semestre de 2021, face ao período homólogo de 2020:

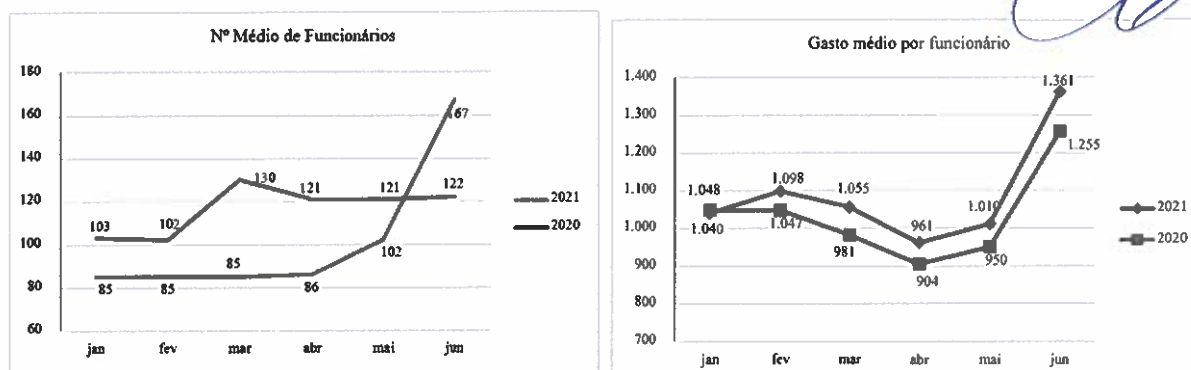
Valores em euros

Rubricas	30.06.2021	30.06.2020	Variações	Variações (%)
Rendas e alugueres	92.776	28.506	64.270	225%
Trabalhos especializados	65.011	86.078	(21.067)	(24%)
Eletricidade	58.973	38.830	20.143	52%
Publicidade e propaganda	51.157	13.512	37.645	279%
Diversos	50.371	45.443	4.928	11%
Seguros	14.956	15.045	(89)	(1%)
Honorários	10.872	24.055	(13.184)	(55%)
Conservação e reparação	9.033	8.185	848	10%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7.569	18.445	(10.876)	(59%)
Limpeza, higiene e conforto	5.892	10.426	(4.534)	(43%)
Animação Termal	2.241	1.334	907	68%
Material para tratamentos	181	6.335	(6.154)	(97%)
Totais	369.032	296.195	72.837	25%

As variações mais significativas ao nível da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, foram as seguintes:

- **Rendas e alugueres:** Esta rubrica aumentou de valor devido ao facto de no ano anterior, o município de São Pedro do Sul ter isentado a Termalístur, S.A. do pagamento de três meses e meio de rendas, devido ao estado de emergência, pela utilização do Balneário Rainha D.^a Amélia, facto que não ocorreu no ano de 2021. Até junho de 2021, ocorreu ainda um aluguer de um chiller, bem como, a participação numa feira, num valor global de 35.200 Euros.
- **Trabalhos especializados:** A redução desta rubrica, resulta do facto de no ano anterior a Entidade ter recorrido a serviços de prospeções futuras da sua atividade, junto de consultoras, facto que não ocorreu em 2021;

De seguida apresenta-se a evolução do n.º de funcionários ao serviço e do gasto médio por pessoal:



O número médio de funcionários ao longo do primeiro semestre foi inferior ao período homólogo de 2020, sendo apenas ultrapassado no início do verão de 2021.

Contudo, quanto ao gasto médio por funcionário, de referir que se manteve superior ao de 2020, devido ao facto de os salários do pessoal “permanente” ser superior aos dos funcionários contratados a termo, nomeadamente para a época de verão.

Apesar desta rubrica ter mantido um peso estrutural significativo em 2021, de referir que a Entidade esteve em lay-off de janeiro a abril de 2021, tendo obtido, aproximadamente, 109.000 Euros de apoios da Segurança Social (reconhecidos na rubrica “Subsídios à exploração”), no âmbito dos apoios solicitados para combater os efeitos negativos da pandemia do COVID 19.

6 Demonstração dos fluxos de caixa

Entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021, ocorreram as seguintes variações (Euros):

Caixa e seus equivalentes em 01/01/2021	7.562
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(40.775)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(18.485)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	209.704
Caixa e seus equivalentes em 30/06/2021	158.006

No primeiro semestre de 2021, a Entidade libertou na sua atividade operacional, fluxos de caixa negativos, cerca de, 40.700 Euros, em consequência da reduzida atividade que se verificou.

O aumento na despesa das atividades de investimentos está associado às aquisições efetuadas no primeiro semestre de 2021 de ativos fixos tangíveis, enquanto que, os pagamentos relativos à dívida bancária,

verificaram-se inferiores às novas linhas de financiamento a que a Empresa recorreu, tendo originado um fluxo positivo das atividades de financiamento de, aproximadamente, 209.000 Euros.

7 Indicadores

Apresenta-se de seguida uma relação de alguns indicadores da Entidade:

Indicador	30.06.2021	31.12.2020
EBITDA	(245.310)	655.730
Liquidez corrente	(722.125)	(396.063)
Autonomia financeira	20%	22%
Prazo médio de recebimentos	29	24
Prazo médio de pagamentos	37	791

Dado que os indicadores a 31 de dezembro de 2020 incluem o valor especializado da compensação financeira atribuída pelo Município de São Pedro do Sul no âmbito do n.º 1 do Art.º 40º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, no montante de 1.381.000 Euros, o EBITDA e a Autonomia financeira encontram-se influenciados, pelo que, dessa forma, se justifica o agravamento dos mesmos a 30 de junho de 2021.

A liquidez corrente agravou-se, dado que, a partir de outubro de 2021 a Entidade irá começar a liquidar as suas dívidas bancárias que até aí se encontravam em regime de moratória.

Por fim, o prazo médio de pagamentos diminuiu significativamente devido à atribuição da compensação financeira por parte do Município, com a qual a Entidade efetuou um encontro de contas com a dívida que tinham aquela entidade.

8 Passivos contingentes

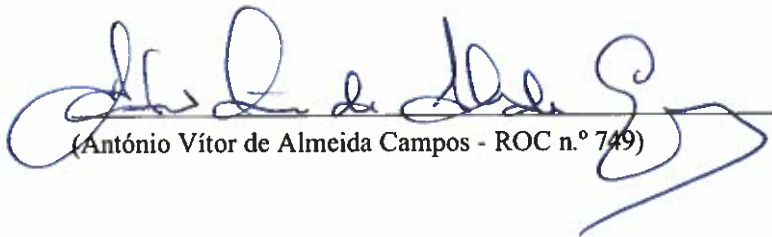
A Entidade tem vindo a divulgar a existência de um passivo contingente estimado no montante de 3.525.000 Euros (*ao qual poderá acrescer juros de mora e compensatórios*), relacionado com alterações efetuadas no âmbito de uma ação de inspeção realizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira aos períodos de 2010 a 2014, em sede de IRC e IVA, os quais se encontram impugnados judicialmente. A Entidade já obteve decisão favorável no Tribunal de Primeira Instância, da qual houve recurso para o Tribunal Central Administrativo, na impugnação judicial do IVA, referentes aos anos de 2010 a 2013.

Face ao exposto, tendo em conta que a Autoridade Tributária procedeu à apresentação de recurso, e tendo em consideração que a Advogada que está encarregue do processo, considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, os membros do Órgão de Gestão consideram possível a Entidade não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária nestes processos, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão para fazer face aos exfluxos financeiros. Presentemente, a entidade encontra-se a aguardar decisão da sentença recorrida. Contudo, estes factos serão considerados futuramente e não são totalmente controlados pela Entidade.

Viseu, 15 de setembro de 2021

Vítor Campos & Associado, S.R.O.C., Lda.

Representada por:



(António Vítor de Almeida Campos - ROC n.º 749)